

RESOLUÇÃO N° 104

Diário Oficial do Estado
RIO DE JANEIRO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO RIO DE JANEIRO, no uso
das suas atribuições

RIO DE JANEIRO • TERÇA-FEIRA
17 DE JUNHO DE 1986
ANO XII • N.º 110 • PARTE III

33

Considerando o Poder Judiciário
zando as conveniências para a escolha dos candidatos e prestes a re-
quererem os seu
Justiça Eleitoral
Tribunal Regional

RESOLUÇÃO N° 103

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITO-
RAL DO RIO DE JANEIRO, no
uso de suas atribuições

Considerando que o artigo 204 do Código Eleito-
ral permite ao Tribunal Regional determinar que a
totalização dos resultados de cada urna seja reali-
zada pela Comissão Apuradora.

Considerando que na conformidade da Resolução
nº 102/86, deste Tribunal, foram suprimidos os ma-
nos parciais de apuração, passando a Junta Eleito-
ral a expedir, aponag, os boletins mencionados no
artigo 179, II, do Código Eleitoral.

Considerando a conveniência de utilizar-se o
processamento eletrônico de dados na totalização
dos resultados das eleições a serem realizadas em
15 de novembro do corrente ano.

Considerando a concordância dos Partidos Polí-
ticos e quanto do Processo nº 555/86, na forma do
que dispõe o artigo 30, XIX, "c", do Código Elei-
toral e o artigo 1º, § 1º, da Lei número 6.996/82.

RESOLVE:

Artigo 1º - Na totalização dos resultados das elei-
ções a serem realizadas em 15 de novem-
bro de 1986, será utilizado o processa-
mento eletrônico de dados, na forma do
disposto na Lei nº 6.996, de 7 de ju-
nho de 1982.

Artigo 2º - O Tribunal submeterá a sua decisão ao
Egrégio Tribunal Superior Eleitoral,
juntamente com os modelos de boletins
de apuração a serem utilizados pelas
Juntas Eleitorais.

Sala das Sessões, 09 de junho de 1986.
(As.) Des. Fonseca Passos - Presidente em exercício
(As.) Des. Palinício Buarque de Amorim - Vice-Pres-
idente em exercício
(As.) Juiz Alberto Craveiro de Almeida
(As.) Juiz Carlos Alberto de Carvalho
(As.) Juiz Agustinho Fernandes Dias da Silva
(As.) Juiz Ivan Paixão França
(As.) Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro - Pro-
curador Regional Eleitoral.

considerando que a Resolução nº 12.384 estabelece
que, nas Capitais, a certidão deve ser expedida "pela - reparti-
ção que mantenha registro das execuções criminais" (art. 30,V).

considerando pela exposição supra, que são várias as
"repartições" expedidoras de certidões